

Governo expurga INPC e correção monetária só em junho

O Governo vai expurgar, apenas em junho, o INPC, que reajusta os salários, e o índice de inflação que servirá de base para o cálculo da correção monetária, adiantou ontem o Ministro da Fazenda, Ernane Galvães. Informou que as medidas, ainda em estudos finais, serão submetidas ao Presidente Figueiredo. Esclareceu que ainda não foi definido se haverá expurgo na correção cambial e se houver, deverá ter uma intensidade menor do que o da correção monetária e do INPC.

Uma decisão, porém, já foi definitivamente tomada pelo Governo: a de não desindexar a economia, ou seja, acabar totalmente com a relação entre a inflação e a correção monetária. Ao optar pelo expurgo, o Governo vai retirar os aumentos bruscos de preços do cálculo do INPC e dos índices que entram na composição da inflação — o IPA (Índice de Preços por Atacado, responsável por 60% do índice de inflação) e o Índice de Custo de Vida (que pesa 30% na inflação). Em julho, não haverá expurgo, mas os índices já estarão influenciados pela redução de junho, o que "rompe o processo inflacionário", disse o Ministro.

Em Brasília, o porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Atila, também garantiu que o Governo já optou pelo expurgo, que será feito sobre todos os índices econômicos e não apenas no INPC, "de modo a não penalizar apenas os assalariados". Para o porta-voz do Palácio do Planalto, embora haja urgência na realização dos estudos técnicos — que estão sendo feitos pelo IBGE, que calcula o INPC, e a Fundação Getúlio Vargas, que dá o índice de inflação — não há "premência", pois o cálculo dos novos índices já expurgados será feito no final do mês.

Acidentalidade

Ernane Galvães informou que no expurgo será retirado do cálculo dos índices os aumentos decorrentes da retirada dos subsídios que o Governo mantinha para o consumo do petróleo e seus derivados, do açúcar e do trigo. Mas disse que há ainda a proposta de expurgar, também, os aumentos acidentais, decorrentes de problemas climáticos, como as fortes chuvas no Sul do país, que prejudicam o abastecimento de hortifruteiros e elevam seus preços.

O Ministro disse que deveriam ser adotadas as duas propostas dos dois tipos de aumentos de preços. No caso da correção cambial, talvez só seja expurgado o efeito gerado da eliminação do subsídio ao petróleo.

Ele explicou que haverá dois índices de inflação (Índice Geral de Preços) — o real e o índice expurgado, que servirá de base para o cálculo da correção monetária. O Secretário Especial de Abastecimento e Preços, José Milton Dallari, adiantou que a Fundação Getúlio Vargas vai ouvir representantes dos empresários, trabalhadores, acadêmicos, políticos e representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, para definir uma metodologia para o expurgo do cálculo da inflação.

Controle de Preços

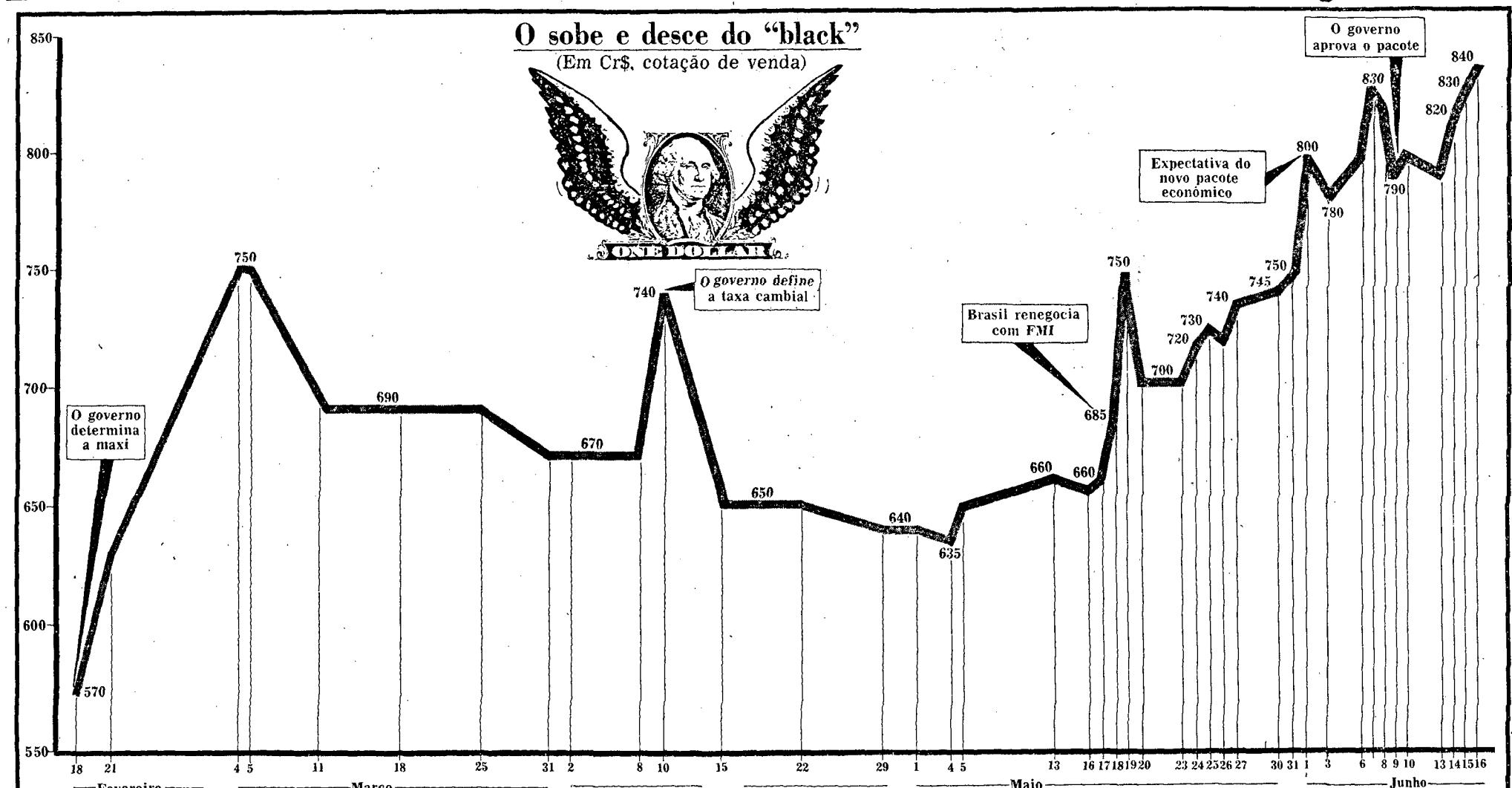
Em Brasília, antes de viajar para o Rio — onde chegou às 18h15min, com mais de uma hora de atraso para a solenidade em que receberia, com o Juiz Regional do Trabalho, Gustavo Simões Barbosa a Medalha de Mérito Industrial da Federação das Indústrias do Estado do Rio (Firjan) — o Ministro Galvães afirmou que o expurgo das índices (INPC e correção monetária) é "muito importante para a eficácia do pacote econômico", no controle da inflação e do déficit público.

Ná sua opinião, além do expurgo, o Governo pensa mesmo em adotar um controle maior sobre a lista de 273 produtos cujos preços são controlados pelo CIP (Conselho Interministerial de Preços). Questionado se o controle seria intensificado com o rebaixamento de 90% para 80% da correção monetária dos aumentos permitidos para aqueles produtos, Galvães foi evasivo:

— É. Não sei. Não é da minha área, mas é mais ou menos isso que tem sido noticiado — afirmou.

Durante a solenidade no Rio, ao agradecer a homenagem, o Ministro queixou-se das críticas que vêm sendo feitas à política econômica do Governo: "Não devemos aceitar a crítica apenas demolidora que accusa o Governo de fazer recessão e gerar desemprego e não aponta soluções sem essas consequências. Não adianta dizer que o Brasil não aceita as imposições que vêm de fora, a recessão é o desemprego, se esta é a realidade atual", lamentou ele.

E embora reconhecendo que ninguém, "nem os funcionários de empresas estatais, nem os banqueiros, nem os empresários vão nos mandar flores" por essas medidas que estão sendo tomadas, pediu a solidariedade de todos mesmo que haja discordância quanto às medidas. "Temos de cortar as vantagens que tínhamos antes", frisou.



Controle de Preços

Em Brasília, antes de viajar para o Rio — onde chegou às 18h15min, com mais de uma hora de atraso para a solenidade em que receberia, com o Juiz Regional do Trabalho, Gustavo Simões Barbosa a Medalha de Mérito Industrial da Federação das Indústrias do Estado do Rio (Firjan) — o Ministro Galvães afirmou que o expurgo das índices (INPC e correção monetária) é "muito importante para a eficácia do pacote econômico", no controle da inflação e do déficit público.

Ná sua opinião, além do expurgo, o Governo pensa mesmo em adotar um controle maior sobre a lista de 273 produtos cujos preços são controlados pelo CIP (Conselho Interministerial de Preços). Questionado se o controle seria intensificado com o rebaixamento de 90% para 80% da correção monetária dos aumentos permitidos para aqueles produtos, Galvães foi evasivo:

— É. Não sei. Não é da minha área, mas é mais ou menos isso que tem sido noticiado — afirmou.

Durante a solenidade no Rio, ao agradecer a homenagem, o Ministro queixou-se das críticas que vêm sendo feitas à política econômica do Governo: "Não devemos aceitar a crítica apenas demolidora que accusa o Governo de fazer recessão e gerar desemprego e não aponta soluções sem essas consequências. Não adianta dizer que o Brasil não aceita as imposições que vêm de fora, a recessão é o desemprego, se esta é a realidade atual", lamentou ele.

E embora reconhecendo que ninguém, "nem os funcionários de empresas estatais, nem os banqueiros, nem os empresários vão nos mandar flores" por essas medidas que estão sendo tomadas, pediu a solidariedade de todos mesmo que haja discordância quanto às medidas. "Temos de cortar as vantagens que tínhamos antes", frisou.